

**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ
29ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE TERESINA
ESPECIALIZADA NA DEFESA DA SAÚDE PÚBLICA**

Av. Lindolfo Monteiro, 911, Ed. Maria Luíza F. Fortes, 3º andar, Bairro de Fátima,
Teresina – PI. CEP: 64049-440 - CNPJ Nº 05.805.924/0001-89

ATA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA**1. Dados gerais**

IDENTIFICAÇÃO DA REUNIÃO	Inquéritos Civis Públicos Nº 08/2017 (SIMP Nº 000129-030/2016), Nº 24/2018 (SIMP Nº 000220-030/2017), Nº 48/2018 (SIMP Nº 000125-030/2018), Nº 49/2018 (SIMP Nº 000126-030/2018), Nº 23/2019 (SIMP Nº 000104-030/2019) e Nº 38/2019 (SIMP Nº 000054-030/2019), instaurados para apurar irregularidades quanto à falta de vagas para consultas médicas e exames através da Rede Municipal de Saúde.
DATA/HORÁRIO	03/08/2021, às 10:00 horas
LOCAL	Reunião virtual pela plataforma Teams.

2. Participantes

NOME	ÓRGÃO
Eny Marcos Vieira Pontes	Promotor de Justiça da 29ª PJ
Luiz Gonzaga Moreira Filho	Membro da Associação dos Pacientes Renais Crônicos do Estado do Piauí- APREPI
Mariza Costa da Silva	Presidente da Associação dos Pacientes Renais Crônicos do Estado do Piauí- APREPI
Jocélia Ciríaco	Membro da Associação dos Pacientes Renais Crônicos do Estado do Piauí- APREPI
Alduína Maria Machado do Rêgo Monteiro	Diretora de Regulação, Controle, Avaliação e Auditoria do SUS/FMS
Luciane Formiga	Coordenadora da Central de Regulação Estadual de Saúde
Laurimeiry Caminha Veloso	Diretora de Atenção Básica-FMS
Karla Daniela Furtado Maia Carvalho	Promotora de Justiça – Coordenadora do Centro de Apoio Operacional de Defesa da Saúde
Rodrigo Amorim Oliveira Nunes	Presidente do Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da 14ª Região
Williams Cardec da Silva	Presidente da Comissão de Direito da Saúde da OAB/PI



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ
29ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE TERESINA
ESPECIALIZADA NA DEFESA DA SAÚDE PÚBLICA

**Av. Lindolfo Monteiro, nº 911, Ed. Maria Luíza F. Fortes, 3º andar, Bairro de Fátima,
Teresina – PI. CEP: 64049-440 - CNPJ Nº 05.805.924/0001-89**

Geysa Elane Rodrigues de Carvalho Sá	Auditora do Tribunal de Contas do Estado do Piauí
Felipe Pandolfi Vieira	Auditor do Tribunal de Contas do Estado do Piauí
Adeno Oliveira	Fisioterapeuta

3. Ausentes

NOME	ÓRGÃO
Antônio Gilberto Albuquerque Brito	Presidente da Fundação Municipal de Saúde
Dagoberto Barros da Silveira	Presidente do Conselho Regional de Medicina do Estado do Piauí – CRM/PI
Juliana Barbosa Dias Maia	Presidente do Conselho Regional de Psicologia da 21ª Região – CRP-21
Antônio Francisco Luz Neto	Presidente do Conselho Regional de Enfermagem do Piauí – COREN/PI
João Cruz Cabral	Presidente do Conselho Estadual de Saúde – CES/PI
José Tadeu de Macedo Silveira	Defensor Público do Estado do Piauí
Leonardo Sá dos Guimarães Gonçalves	Presidente do Conselho Regional de Odontologia do Piauí – CRO/PI



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ
29ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE TERESINA
ESPECIALIZADA NA DEFESA DA SAÚDE PÚBLICA

**Av. Lindolfo Monteiro, 911, Ed. Maria Luíza F. Fortes, 3º andar, Bairro de Fátima,
Teresina – PI. CEP: 64049-440 - CNPJ Nº 05.805.924/0001-89**

O Promotor de Justiça Eny Pontes iniciou audiência tecendo informações preliminares e regras previstas para a ocorrência da audiência pública. Ressaltou então que todo esse trabalho objetiva trazer instrumentos ou esclarecimentos para procedimentos tramitando na 29ª Promotoria de Justiça. Que a problemática trazida para discussão na audiência não ocorre apenas na capital, mas também nos municípios do interior do Estado, afirmou que a Dra. Karla Daniela já havia comunicado que alguns profissionais do interior fizeram reclamações da grande dificuldade em conseguir vagas de consultas e exames. Revelou que além dos procedimentos listados no edital de convocação da audiência existem outras demandas coletivas tramitando na 29ª Promotoria acerca do presente objeto e nas mais diversas especialidades médicas e que devido a situação da Pandemia do Covid-19 foi agravada a situação da demanda reprimida de consultas e exames, pelo fato de atividades suspensas ou reduzidas. Mostrou um quadro, enviado pela Diretoria de Regulação, Controle, Avaliação e Auditoria da FMS, com os números das demandas reprimidas de consultas para o público em geral, na área de pediatria, das vagas ofertadas para consultas médicas, além de uma relação de alguns procedimentos tramitando na 29ª Promotoria de Justiça. Relatou que as informações são apresentadas ao público e aos órgãos especializados no intuito de contribuir com a apresentação de soluções e sugestões para a diminuição dessas demandas.

A Promotora de Justiça Karla Daniela, Coordenadora do CAODS, enfatizou que a maioria das reclamações dos Promotores do interior é em relação à demora de marcação de consultas, especialmente das pós-cirúrgicas. Solicitou que Dra. Luciane Formiga e o Município de Teresina informassem sobre os pontos de marcação dentro dos hospitais, visto que a população tem dúvidas sobre esse processo de marcação. Ademais, questionou também sobre a situação das pessoas que já tinham consultas marcadas e devido à suspensão causada pela Pandemia, essas pessoas retornariam ao final da fila ou existiria uma fila em paralelo.

O Dr. Eny Pontes pontuou sobre a demanda dos pacientes pós-cirúrgicos que ficam perdidos, sem saber a quem se dirigir, a quem procurar, que por vezes são mal informados sobre como e quando solicitar a marcação de retorno. No período da



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ
29ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE TERESINA
ESPECIALIZADA NA DEFESA DA SAÚDE PÚBLICA

**Av. Lindolfo Monteiro, nº 911, Ed. Maria Luíza F. Fortes, 3º andar, Bairro de Fátima,
Teresina – PI. CEP: 64049-440 - CNPJ Nº 05.805.924/0001-89**

Pandemia houve a redução da Atenção Básica de Saúde que impacta diretamente as consultas especializadas.

Passada a palavra a Dra. Alduína Monteiro, Diretora da DRCAA/FMS, que relatou o grande desafio da gestão do Município sempre foi a demanda maior que a capacidade instalada e que foi agravada com a Pandemia, pois a parte ambulatorial eletiva foi paralisada e quando após seu retorno ainda se encontra com sua capacidade de trabalho muito reduzida e prejudicada. Reduzida porque muitos profissionais adoeceram, possuem comorbidades, receosos e com atestados de psiquiatria que não podem retornar ao trabalho, e por conta disso estão trabalhando com uma equipe muito reduzida. A orientação dada aos prestadores foi de que não abrissem sua agenda até que fosse feito o atendimento da fila de demandas reprimidas. Alguns prestadores conseguiram fazer e outros não, mas ninguém saiu da fila, tendo pessoas na fila desde o início da Pandemia. Outro agravamento pontuado foi a mudança de gestão, mudou-se diretores de estabelecimentos, prefeito, funcionários, tendo assim um número considerável de pessoas trabalhando em um sistema novo que eles desconhecem. Que o período de marcação de retorno não é de 10 dias, mas sim 15 dias quando a pessoa já não se encontra mais na capital, pois ela estando na capital todo prestador possui duas agendas, uma para a central de regulação que é para todo o agendamento da rede e a outra é uma agenda interna que somente o prestador tem acesso para que ele possa marcar os retornos. Que as filas são muito dinâmicas, mas existem duas especialidades que estão sempre entre o primeiro e segundo lugar e atualmente a maior fila é a de oftalmologia, em um questionamento interno e conversas com municípios do interior do Estado foi constatado que alguns desses municípios tem o serviço instalado, mas trata-se de um serviço privado e que não é contratado por aquele município. Relatou então que gostaria que fosse feito um estudo de quais serviços existem em quais municípios e porque eles não são contratados como complementares ao Sistema Único de Saúde, pois ajudaria muito e que acaba gerando essa fila de 12 mil, 14 mil pessoas que incomoda e gera sofrimento, uma vez que essas pessoas passam mais de um ano nas filas para conseguir uma consulta. Revelou que é preciso procurar uma estratégia para dar vazão a esta fila, então são feitos mutirões que não estão



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ
29ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE TERESINA
ESPECIALIZADA NA DEFESA DA SAÚDE PÚBLICA

**Av. Lindolfo Monteiro, 911, Ed. Maria Luíza F. Fortes, 3º andar, Bairro de Fátima,
Teresina – PI. CEP: 64049-440 - CNPJ Nº 05.805.924/0001-89**

podendo ser feitos por conta da aglomeração, mas pode-se fazer pequenos mutirões em bairros, no centro, por especialidade médica e assim existem várias ideias para dar vazão a essas filas, mas uma ideia que poderia ser pensada e fortalecida é a possibilidade do que pode ser descentralizado de Teresina, o que tem de serviço no interior e que fossem contratados como complementares ao Sistema Único de Saúde.

O Dr. Eny Pontes questionou à Dra. Alduína Machado sobre a previsão ou forma escolhida para a realização dos mutirões. Em resposta a Dra. Alduína Machado afirmou que esse assunto foi discutido em várias diretorias, principalmente a Diretoria de Atenção Especializada diretamente com a presidência. A Diretoria de Regulação possui ideias, mas que precisam ser discutidas com o gestor e com a atenção especializada para que possa ser feito um projeto e concretizar os mutirões. Ressaltou que as ideias existem e elas estão em papéis, quantificadas e delimitadas por bairros, porque a ideia era não fazer um grande mutirão como era feito anteriormente centralizado no Lineu Araújo, mas fazer pequenos mutirões em bairros para que aquela pessoa que está na fila fosse atendido mais próximo da sua residência, essa é uma ideia que está sendo construída e discutida com a gestão, se há algo mais atualizado do que os projetos que se encontram na Diretoria, não saberia informar, tendo a Atenção Especializada informações mais atualizadas que a Regulação Municipal.

O Dr. Eny Pontes então ressaltou que todo o estudo apresentado para a realização dos mutirões por bairro tem que levar em conta vários aspectos, são variantes a serem incluídas nesse estudo. Ressaltou que o objetivo da audiência é a busca por soluções e para isso são necessários encaminhamentos, já tendo ocorrido uma conversa inicial com a gestão do município e a gestão da FMS, foi questionado à Diretora de Regulação do Município o que ficou concretizado nessas primeiras reuniões.

A Dra. Alduína Machado então respondeu que ainda se encontram na fase de estudos, que na Diretoria de Regulação estão sendo feitos levantamentos por bairros e por especialidades, além de ver também a questão do interior. Que em cada bairro



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ
29ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE TERESINA
ESPECIALIZADA NA DEFESA DA SAÚDE PÚBLICA

**Av. Lindolfo Monteiro, nº 911, Ed. Maria Luíza F. Fortes, 3º andar, Bairro de Fátima,
Teresina – PI. CEP: 64049-440 - CNPJ Nº 05.805.924/0001-89**

outros municípios possuem porta de entrada a cidade de Teresina e que está sendo feito esse levantamento.

Foi pontuado pelo Dr. Eny Pontes que a realização de mutirões demanda custos, desde pagamento de profissionais, de material, seja com instalação de tendas. Enfim, são custos a mais para a Fundação Municipal de Saúde que juntamente com o município de Teresina reclamam muito da porcentagem utilizada na saúde pública de Teresina e questionou se já houve essa discussão, esse levantamento dos custos operacionais para a realização desse mutirão. A Dra. Alduína respondeu que os custos para realização de mutirões futuros ainda não foram discutidos, mas que eles já possuem uma base pelos mutirões anteriores, e a mesma informou saber que existe um alinhamento, revelando que ocorreu uma reunião, na semana anterior a da audiência, com o gestor municipal de Teresina e o gestor estadual para que houvesse o alinhamento desse financiamento. Que não pode ser apenas Teresina, deve ser a capital juntamente com os municípios do interior do Estado.

O Dr. Eny Pontes colocou que parte muito do município de Teresina, pela gestão plena de Teresina e pela gerência da regulação de consultas e exames que está a cargo da Prefeitura de Teresina. Com relação aos outros municípios, houve discussões e debates sobre a possível unificação das regulações e esse debate está sendo comandado, através de um grupo, pela Dra. Marina Cavalcante, juíza federal. Que ao seu entender esse estudo de unificação já foi praticamente iniciado e que a intenção é justamente ampliar a rede de atendimento no interior, onde existem especialidades.

A Dra. Luciane Formiga, Coordenadora da Central de Regulação da Secretária de Saúde, informou que o projeto se encontra no processo de implantação das centrais regionais e que nesse processo é feito o mapeamento da rede de prestadores existentes naquele território, dando como exemplo o município de Uruçuí sobre qual a rede de prestadores e tipo de ofertas os prestadores estão disponibilizando para a rede. Que a partir desse ponto faz-se a adequação, se tem oferta demais em determinado procedimento, existem procedimentos necessários e não estão sendo ofertados, sendo essa a avaliação que começou a ser realizada por território.

Pontuou que no momento existem hospitais que ofertam serviços ambulatoriais,



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ
29ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE TERESINA
ESPECIALIZADA NA DEFESA DA SAÚDE PÚBLICA

**Av. Lindolfo Monteiro, 911, Ed. Maria Luíza F. Fortes, 3º andar, Bairro de Fátima,
Teresina – PI. CEP: 64049-440 - CNPJ Nº 05.805.924/0001-89**

consultas, exames porque eles possuem demanda que não é suprida apenas pelo hospital, então colocam essa oferta para a rede do município e para a região. No município de São Raimundo Nonato já foi regulada a rede com o território todo e a cidade de São João propõe que a oferta que está sendo disponibilizada pelo hospital também entre nessa rede, sendo disponibilizado para todo o território.

O Dr. Eny Pontes então ressaltou que o estudo já está avançado e questionou a Dra. Luciane Formiga de que forma esse estudo pode contribuir com o estudo paralelo da Fundação Municipal de Saúde, para realização de mutirões tanto de consultas como exames, especialmente consultas. Em resposta ela afirmou que contribuiria no cruzamento das especialidades e da necessidade local, geralmente o que demanda para Teresina como referência terciária são as principais especialidades que no interior não tem, como exemplos cardiologia, ortopedia, endocrinologia que no interior não tem. Então na verdade talvez nem se complemente, porque existe a necessidade de algumas especialidades no interior e que elas não existem lá, dentro de um projeto do Banco Mundial que iniciou no ano de 2017/2018 que previa a implantação dos Centros de Especialidade nos Municípios, em alguns territórios, sendo aberto em Parnaíba com o intuito de ampliar essa oferta e aumentar o número de especialistas dentro daquele território, era previsto para Parnaíba, Bom Jesus, Floriano, Picos e esses Centros de Especialidades tinham a intenção de que alguns especialistas estivessem atendendo neste Centro e que essa demanda não viesse para Teresina. Com a pandemia alguns Centros de Especialidades, como o de Bom Jesus e Picos, tiveram seu funcionamento prejudicado.

Foi questionado pelo Dr. Eny Pontes se existe alguma tratativa para ampliar a rede conveniada no interior do Estado. Em resposta a Dra. Luciane Formiga disse que não saberia informar com tanta certeza nesse momento com relação a novas contratualizações, o que existe é o trabalho de revisão do que está contratualizado e identificar qual a necessidade de forma pontual.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ
29ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE TERESINA
ESPECIALIZADA NA DEFESA DA SAÚDE PÚBLICA

**Av. Lindolfo Monteiro, nº 911, Ed. Maria Luíza F. Fortes, 3º andar, Bairro de Fátima,
Teresina – PI. CEP: 64049-440 - CNPJ Nº 05.805.924/0001-89**

O Dr. Eny Pontes falou então sobre uma situação para ser enfrentada, que é uma solução para essa demanda existente de forma imediata, urgente e uma solução mediata e a longo prazo. Insistiu na solução imediata e declarou que foi colocado na audiência a possibilidade da realização de mutirões, mas o mesmo ainda está sendo discutido a nível de Fundação, quais os parâmetros, quais as ferramentas a serem utilizadas. Que queria encerrar a audiência com todos os presentes apresentando sugestões para a construção de um encaminhamento para trabalhar ao menos nos próximos 30 dias. Não disse que fosse para a realização de mutirões nos próximos 30 dias, mas que inicie e se o projeto não está fechado, mas também que se inicie a discussão desse projeto e traga para o Ministério Público do Estado do Piauí e para toda a sociedade algo palpável, nesse instante tão difícil com pessoas a mais de anos esperando a realização de consultas ou de exames para poder tratar de suas patologias e sem nenhum tipo de expectativa. Que fosse construído um projeto e um planejamento a nível de órgãos e sociedade como um todo para enfrentar esse problema imediatamente, quanto a solução mais ampla e mais enraizada e de forma mais compassada que os presentes também, paralelamente as soluções imediatas, possam já iniciar a partir daquele momento.

Passada a palavra ao Professor Luís Filho, membro da APREPI, que explanou serem recorrentes essas conversas com o Ministério Público, em audiência na Assembleia Legislativa até mesmo na Câmara Municipal quando vão tratar do SUS. Declarou que gostaria muito que os gestores do SUS pudessem enfrentar quando necessitassem de um oftalmologista, de um cardiologista que eles procurassem a UBS de seus bairros para marcar uma consulta, para falar com um clínico, um médico da família para depois ir a uma fila de telefone, para depois conseguir uma consulta, para depois sair peregrinando para fazer os exames. Continuou sua fala declarando que as vezes é fácil ficar só na gestão e não fazer uso do sistema, que gostaria muito que isso acontecesse, que eles também tivessem que passar por isso, porque é muito difícil quando se precisa desse sistema e ainda as vezes quando você consegue passar por tudo isso agenda o exame, chega na clínica para fazer o exame e a mesma avisa que também deve agendar na própria clínica, pois a data que sai no papel disponibilizado na UBS ainda não é a data para a realização do



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ
29ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE TERESINA
ESPECIALIZADA NA DEFESA DA SAÚDE PÚBLICA

**Av. Lindolfo Monteiro, 911, Ed. Maria Luíza F. Fortes, 3º andar, Bairro de Fátima,
Teresina – PI. CEP: 64049-440 - CNPJ Nº 05.805.924/0001-89**

exame e assim se perde muito. Disse que existem casos em que as pessoas da APREPI que estavam na fila da oftalmologia e que elas conseguem fazer um exame e passa bastante tempo para fazer o outro que quando isso ocorre já se perdeu o primeiro exame. Citou o que a Dra. Alduína falou sobre a demanda ser maior que a oferta e que não se fala em fazer um concurso público para contratar mais servidores, não se fala em credenciar mais empresas privadas para se fazer aumentar mais essa rede, então fica difícil. Que não vê como melhorar esse sistema se não tiver mais pessoas para fazer esse atendimento, e entra prefeito e sai prefeito e as pessoas que estão na gestão são sempre as mesmas e se são as mesmas já sabem como o sistema funciona, já sabem como as coisas andam, só tem que fazer as coisas e melhorar as questões, que para ele é falta de planejamento e de preocupação com o outro.

Passada a palavra para Jocélia Ciríaco, membro da APREPI, primeiramente declarou ser muito bom participar dessas discussões que vê como um espaço de construção, mas demonstrou sua indignação por não ver claramente por parte da gestão, dos gestores algo de mais concreto, porque escuta-se muito, fala-se muito, mas o sofrimento também é muito e não diminui. Que sabe que o trabalho é burocrático, é difícil o trabalho do gestor, mas que ela como paciente renal, como defensora dos direitos dos pacientes renais, como ativista, como usuária do SUS a mesma vê as dificuldades enfrentadas, para se ter uma ideia tem pacientes que esperam dois anos por um procedimento oftalmológico se for uma cirurgia, sendo muito otimista nessa previsão, pois ela conhece pessoas que passaram quase 4 anos, mais de 3 anos esperando por uma consulta oftalmológica de catarata, pessoas que chegam fazem exames para fazer uma cirurgia e quando chega para o médico aqueles exames já venceram, já precisa fazer outro e não chega a cirurgia nunca. Que existe uma demanda mais específica para pacientes renais em relação a cirurgias vasculares, que necessitam fazer fístulas, colocar cateter, torniquete, que esses pacientes possuem uma demanda para esse profissional, que não viu se ele estava na tabela passada sobre a demanda reprimida mas que acredita que sim, pois essa não é uma situação agravada pela Pandemia, uma vez já ocorria antes mesmo da



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ
29ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE TERESINA
ESPECIALIZADA NA DEFESA DA SAÚDE PÚBLICA

**Av. Lindolfo Monteiro, nº 911, Ed. Maria Luíza F. Fortes, 3º andar, Bairro de Fátima,
Teresina – PI. CEP: 64049-440 - CNPJ Nº 05.805.924/0001-89**

ocorrência da Pandemia, que já é um problema crônico e agravado significativamente por conta da Pandemia. Ressaltou o que o Professor Luís falou, se não há médicos suficientes é necessária a contratação, quanto aos médicos oftalmologistas no interior ela falou que se na Capital que tem prestadores de serviço privado, tem os hospitais públicos para atendimento está nessa situação, fica imaginando como estão os pacientes do interior que precisam desse atendimento. Que os pacientes renais precisam muito desses profissionais e de várias especialidades, mas no caso do oftalmologista, sabe-se que a insuficiência renal traz várias complicações de saúde inclusive na visão desses pacientes e seria muito bom se esse procedimento fosse mais agilizado. Na questão da demanda dos cirurgões vasculares ela gostaria de ouvir a Dra. Alduína, pois ela não possui uma informação clara de como isso funciona, da questão do implante de cateter, da confecção de fístula, que é algo que deve ser bem ágil sendo o acesso do paciente para fazer a hemodiálise, que se o mesmo precisa da hemodiálise e não faz ele vem a óbito.

O Dr. Eny Pontes então afirmou que na 29ª Promotoria de Justiça não possui procedimentos sobre cirurgias vasculares e que pode ser verificado na outra Promotoria de Saúde e repassar a informação posteriormente e esclarece que todos as demandas são originadas, seja da junção de demandas individuais, ou seja, a procura por serviço, cada paciente vai lhe chamando atenção e é instaurado o procedimento coletivo, ou então quando é recebido documento de outro órgão público ou de associação, de uma outra entidade e faz-se instaurar um procedimento, sendo esse caminho que é trabalhado, mas a colocação da Sra. Jocélia está registrada e vai ser trabalhada pela 29ª Promotoria de Justiça.

Passada a palavra ao Dr. Williams Cardec, ele questionou se a Fundação Municipal de Saúde disponibilizou também o número de profissionais para prestação desses serviços. Destacou que na OAB tem também várias demandas da falta de atendimento, inclusive teve uma que o procurou, que ele o aconselhou a procurar também o Ministério Público pois era paciente renal e estava com dificuldade de realizar a fístula. Ele pontuou que o HGV é o que se sabe que realiza esses procedimentos mais complexos de cirurgia vascular, que eles possuem uma remodinâmica que serve ao setor de cirurgia vascular, já na Rede do Município ele



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ
29ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE TERESINA
ESPECIALIZADA NA DEFESA DA SAÚDE PÚBLICA

**Av. Lindolfo Monteiro, 911, Ed. Maria Luíza F. Fortes, 3º andar, Bairro de Fátima,
Teresina – PI. CEP: 64049-440 - CNPJ Nº 05.805.924/0001-89**

não soube dizer se há algo tão especializado como há no HGV. Destacou se teria como saber esse número de profissionais, que acredita já está defasado o número de profissionais para o número da demanda. Que é importante que o Estado estando ciente disso comece a descentralização e que isso ocorra o mais rápido possível e que não acredita que essa descentralização vá ocorrer por uma rede privada que preste essa forma suplementar de atendimento, pois geralmente essas consultas no SUS são de um valor muito defasada, sabe-se que o sistema é subfinanciado e boa parte das clínicas não consegue se manter com esses valores, boa parte delas alega que não tem como prestar esse serviço porque não tem como pagar nem os insumos com o que é repassado, sendo uma situação complexa. Então o Governo tem que buscar ter uma estrutura formada nos interiores até para reduzir o custo, por que se você tem um profissional que já está lá segmentado, vez que já existem médicos especialistas em muitas cidades do interior, de várias especialidades, caberia ao Estado fazer esse gerenciamento o mais rápido possível pois trata-se de uma situação complexa que já existia antes da Pandemia, mas que com advento desta tornou-se mais evidente, com consultas demorando 5,6 meses as vezes as pessoas que não conseguiam, que chegavam com quadro grave e já pioram, perdem a visão quando se trata de oftalmologia. Finalizou novamente com o questionamento de que se foram enviados os números de profissionais do Estado e do município, se tem previsão de realização de algum concurso com relação a isso e se tem uma visão voltada a fazer um aparato público mesmo não dependendo somente do serviço suplementar.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ
29ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE TERESINA
ESPECIALIZADA NA DEFESA DA SAÚDE PÚBLICA

**Av. Lindolfo Monteiro, nº 911, Ed. Maria Luíza F. Fortes, 3º andar, Bairro de Fátima,
Teresina – PI. CEP: 64049-440 - CNPJ Nº 05.805.924/0001-89**

O Promotor de Justiça Eny Pontes considerou que realmente é procedente a retomada da discussão, dentro que se propuseram a fazer dentro da audiência, relembrou que há dois anos, em 2018, ele, Dr. Eny, na Promotoria de Saúde e Dr. Fernando Santos na Promotoria de Defesa do Patrimônio e da Improbidade Administrativa, iniciaram esse debate, passaram mais de um ano, realizando audiências com o estado e com o município, para que sinalizassem a realização de concurso público, na área de saúde, e que depois de várias tentativas, com audiências, seja com audiência pública, ou audiência realizada diretamente entre os gestores e o Ministério Público, para que apresentassem solução para a grande quantidade de vagas existentes e o número de profissionais contratados de forma precária, que não conseguiram êxito nesse diálogo. Que ingressou com ação civil pública para que o estado realizasse concurso, listou a quantidade de profissionais àquela época, até porque foi o próprio Secretário de Saúde do Estado do Piauí, que informou em audiência a quantidade existente, naquela oportunidade, eram quase 4.000(quatro mil) profissionais que faltavam na rede pública estadual naquela época, sinalizou, com a realização de demandas precárias, mas também, não apresentaram qualquer tipo de intenção para a realização de concurso público, chegando no impasse de abertura de ação civil pública contra o estado, Dr. Fernando Santos também ingressou com ação contra o secretário de Estado da saúde, Florentino Alves Veras Neto, e do ex-secretário de Estado de administração e previdência, Merlong Solano Nogueira, por improbidade administrativa. Que saiu dia 27 de julho, a sentença, condenando os dois, a perda de direitos políticos, da função pública, multa civil, e explicou que o Ministério Público tem feito a sua parte, que a sociedade tem reclamado e que o Ministério Público tenta dar uma resposta. Que é lamentável quando se tem que entrar com esse tipo de ação, que o Ministério Público não almeja ficar só entrando com ação, que o Ministério Pública abre o diálogo, abre todas as oportunidades, e é bem atuante, mas infelizmente não se tem respostas dos entes.

O Promotor de Justiça Eny Pontes reforçou que foi aberta esta audiência pública, com oportunidade de iniciar um debate, para conhecer, neste instante, o que existe de oferta e procura, em relação à consultas e exames, e que não falaram sobre



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ
29ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE TERESINA
ESPECIALIZADA NA DEFESA DA SAÚDE PÚBLICA

**Av. Lindolfo Monteiro, 911, Ed. Maria Luíza F. Fortes, 3º andar, Bairro de Fátima,
Teresina – PI. CEP: 64049-440 - CNPJ Nº 05.805.924/0001-89**

cirurgias, pois cirurgia é procedimento de outra Promotoria de Justiça, que foi colocado o debate amplo, em forma de audiência pública e espera-se, até o final da audiência, que seja apresentado, pela Fundação Municipal de Saúde, alguma luz no túnel, no sentido de que se esclareça, por completo, toda essa situação e que a Fundação Municipal de Saúde se proponha a lançar algum projeto para que diminua esse impacto negativo na sociedade, seja com a oferta para municípios de Teresina ou do interior do estado, que tenha acesso a regulação da Fundação Municipal de Saúde de Teresina.

O Promotor de Justiça Eny Pontes consignou que foi muito boa a colocação, do Williams Cardec da Silva, Presidente da Comissão de Direito da Saúde da OAB/PI, quanto a relação do número de profissionais, falou também que é interessante se conhecer a produtividade dos profissionais, informou que foi feito um Termo de Cooperação com o Hospital Getúlio Vargas e que mensalmente é repassado ao Ministério Público do Estado do Piauí, a produtividade dos cirurgiões, por cada especialidade médica, então perguntou por que não seja repassado também as produtividades de consultas e exames, explicou que agora é o momento de toda a sociedade conhecer de perto o que está acontecendo. Que é oportunidade de até o município, através da regulação ou através das Gerências de especialidades, possa observar se o profissional X e Y não estão dentro das metas estabelecidas e buscar o motivo desse não alcance de meta, será porque o servidor não se adaptou ao local de trabalho, ou seja por conta da especialização que este profissional realizou. Que é preciso saber que a gestão atual ou a gestão anterior da Fundação Municipal de Saúde já deveria ter trabalhado nesse sentido e deveria ter enviado os resultados à sociedade, seja agora na audiência que está sendo realizada ou em encaminhamento posterior.

Dr. Eny solicitou que seja apresentado pela Fundação Municipal de Saúde a produtividade dos profissionais em suas especialidades, como sendo o primeiro encaminhamento desta audiência pública.

Em atenção à fala do Sr. Luiz Gonzaga Moreira Filho, Membro da Associação dos Pacientes Renais Crônicos do Estado do Piauí- APREPI. a Dra. Alduína Maria



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ
29ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE TERESINA
ESPECIALIZADA NA DEFESA DA SAÚDE PÚBLICA

**Av. Lindolfo Monteiro, nº 911, Ed. Maria Luíza F. Fortes, 3º andar, Bairro de Fátima,
Teresina – PI. CEP: 64049-440 - CNPJ Nº 05.805.924/0001-89**

Machado do Rêgo Monteiro, Diretora de Regulação, Controle, Avaliação e Auditoria do SUS/FMS, esclareceu que o profissional de saúde quando escolhe a área da saúde é por vocação, que o profissional da saúde tem um olhar direcionado para as pessoas que necessitam, que uma prova disso foi a Pandemia, onde os primeiros a adoecerem foram os profissionais de saúde, que muitos deles faleceram e muitos deles continuaram trabalhando mesmo com a proteção da lei. Exemplificou que poderia ter ficado afastada, pela idade, mas que optou por ficar trabalhando, que quando o servidor presta um concurso público, a pessoa não trabalha para o Prefeito ou para o Secretário de Saúde, são servidores públicos, e por isso passam muito tempo no serviço público. Que tem 31 anos de Fundação Municipal de Saúde, que tá na hora de se aposentar, que precisa vir gente nova para trabalhar, mas que todo órgão público, que tem servidor público, precisa ficar com esse servidor até que ele se aposente. Falou também que profissionais ruins existem em qualquer área e que crer que são minorias.

Dra. Alduína Monteiro, Diretora Executiva de Regulação da Fundação Municipal de Saúde continuou falando que em 2019 a Fundação Municipal de Saúde abriu um chamamento público para a cidade de Teresina, chamando prestadores para suprir as necessidades e demandas reprimidas, explicou que no edital do chamamento público o prestador não deve só demonstrar interesse em participar do sistema, tem que ser feita vistoria no estabelecimento e saber se ele cumpre todas as regras do Ministério da Saúde e da Vigilância Sanitária, para que depois seja feito o contrato. Explicou também que esse chamamento público ocorrido em 2019 já tem dados frutos, com vários contratos novos e muitos ainda na fila para serem contratados. Explicou também que na parte de chamar a saúde complementar para fazer parte do SUS, a Fundação Municipal de Saúde fez em 2019 e tá andando até agora. Que em relação a concurso público não sabe informar, mas pode informar, que cabe ao município, segundo regras do Ministério da Saúde e do SUS, a atenção básica e a média complexidade, que a alta complexidade é responsabilidade estadual e que já entra em outra discussão. Que deixava claro que a Fundação Municipal de Saúde solicitou, fez um chamamento para contratar a saúde privada, para que desse um suporte ao SUS. Que em relação a fazer serviço de alta complexidade, no próprio



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ
29ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE TERESINA
ESPECIALIZADA NA DEFESA DA SAÚDE PÚBLICA

**Av. Lindolfo Monteiro, 911, Ed. Maria Luíza F. Fortes, 3º andar, Bairro de Fátima,
Teresina – PI. CEP: 64049-440 - CNPJ Nº 05.805.924/0001-89**

município, então teria que ver se foi feito concurso público, que não sabe informar, e para qual especialidade teria sido feito o concurso, pois não é papel do município a alta complexidade.

O Promotor de Justiça Eny Pontes consignou que precisa ser esclarecido, que se houve esse chamamento em 2019, que independente de gestão, precisa ter o conhecimento de quais contratos foram firmados, quais serviços foram contratados, quais metas estabelecidas para cada contratado e a produtividade de cada contratado. Informou também que a própria audiência serve para esse entendimento, serve para conhecimento e que serve também para contribuir na busca de soluções, e insistiu na busca de soluções, indagando sobre o que a Prefeitura de Teresina, neste instante vai fazer, para poder diminuir esse impacto negativo, tendo em vista que os serviços já estão há pelo menos um ano e meio parado com a suspensão destes serviços durante a pandemia, ou com restrições bem significativas, como foi mesmo colocado pela Dr. Alduína. Explicou que é certo que alguns programas continuaram, como atendimento aos portadores de Diabetes e a outras patologias, mas a listagem que foi apresentada pela própria Fundação Municipal de Saúde, informa que muitas pessoas ainda estão aguardando desde antes da pandemia, milhares de pessoas, inclusive com a saúde mais agravada.

Dr. Eny informou que a audiência serve para ajudar, em primeiro lugar, à sociedade, aos pacientes e paralelamente contribuir com a gestão pública de saúde, para que possa implementar medidas urgentes para diminuir essa grande problemática.

Dr. Rodrigo Amorim Oliveira Nunes, Presidente do Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da 14ª Região consignou que achou de extrema importância o debate da audiência, pois se preocupa muito quando ao desmonte que acha que vem acontecendo na Prefeitura de Teresina, e que não tem aversão ao destacar o trabalho que vem sendo feito para desmontar o atendimento na especialidade de Fisioterapia nas comunidades periféricas da cidade de Teresina, principalmente pela troca de profissionais celetistas por profissionais com trabalho precário, na oportunidade denunciou que agora o Vereador indica 10(dez) cargos dentro da prefeitura e destes 10(dez), manda 10(dez) Fisioterapeutas, com salário abaixo de



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ
29ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE TERESINA
ESPECIALIZADA NA DEFESA DA SAÚDE PÚBLICA

**Av. Lindolfo Monteiro, nº 911, Ed. Maria Luíza F. Fortes, 3º andar, Bairro de Fátima,
Teresina – PI. CEP: 64049-440 - CNPJ Nº 05.805.924/0001-89**

R\$ 3.000,00(três mil reais), e a população deixa de ter esse serviço, o profissional da fisioterapia está sendo retirado da atenção básica.

Dr. Eny solicitou nova explicação sobre esta denúncia, então o Dr. Rodrigo explicou que o Vereador da base encaminha os nomes para que a prefeitura contrate, sem que aconteça teste seletivo, e que a Prefeitura está cheia de profissionais com contratos precários, com salários defasados, falta de assistências desses profissionais indicados pelo vereador, que tem provas do que está falando, que vai repassá-las ao Ministério Público, que acha lamentável, pois quem sofre é a população. Informou ainda que a Prefeitura de Teresina está retirando os Fisioterapeutas da atenção básica para colocar em hospital, que tinham 06(seis) na atenção básica e que agora só tem 02(dois).

Dr. Rodrigo Amorim esclareceu que dos dois fisioterapeutas, só tem um que está tentando mostrar a demanda reprimida que existe, fila de espera, pacientes acamados, que deixaram de receber assistência. Que uma profissional fisioterapeuta pode deixar de receber salário, pois não foi oficiada a se apresentar no hospital, pois estava atuando na atenção básica. Que hoje em dia não só a assistência na atenção básica está sendo precarizada, assim como também os hospitais, destacando o Hospital Mariano Castelo Branco, onde os usuários tinham fisioterapeuta 24hrs, principalmente com a questão do pós-covid, que sabe da importância do fisioterapeuta, desde o processo de recebimento, recuperação e pós alta, do paciente.

Dr. Rodrigo registrou que a gestão não olha para atenção básica, com olhar mais aprofundado, principalmente em relação à fila de espera que isso vai levar nas consultas médicas, nas consultas fisioterapêuticas. Que existem mais de 200(duzentas) pessoas aguardando consultas fisioterapêuticas. Que essa demanda reprimida, que tem na atenção básica, vai repercutir dentro dos ambulatórios e da consulta especializada, pois eram pacientes que poderiam evitar de chegar em um Neurologista. Pacientes com hipertensão, com problemas que poderiam ter sido resolvidos na atenção básica, irão precisar de uma atenção mais complexa e especializada, pois não teve a assistência atendida, mantida ou regularizada. Que percebe-se o quanto que se tinha de profissionais, que foram desligados,



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ
29ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE TERESINA
ESPECIALIZADA NA DEFESA DA SAÚDE PÚBLICA

**Av. Lindolfo Monteiro, 911, Ed. Maria Luíza F. Fortes, 3º andar, Bairro de Fátima,
Teresina – PI. CEP: 64049-440 - CNPJ Nº 05.805.924/0001-89**

principalmente após o seletivo e a troca se deu por esse tipo de contrato precário. Que não teve outro o seletivo, não teve outro concurso público, há importância de concurso público, pois já havia uma previsão e não aconteceu. Que observa-se que há um desmonte também na reabilitação, pois só existe reabilitação no Hospital Lineu Araújo, pois antigamente tinha a Fundação Municipal de Saúde e o Hospital Lineu Araújo. Que sabe que a audiência é específica sobre o assunto fila de espera para consultas, mas vem acontecendo de forma generalizada, dentro da atual gestão da Fundação Municipal de Saúde, que precariza tanto essa assistência especializada, quanto a falta do profissional da atenção básica e que isso precisa ser revisto pela atual gestão. Que agradece o espaço que o Ministério Público está buscando, tentar viabilizar, pois era algo que não existia, que tinha conhecimento dos contratos precários, que não eram tão quanto o número de profissionais com contratos precários em relação ao número de efetivos, como vem acontecendo agora. Que o Conselho de Fisioterapia se preocupa bastante, pois aumenta a demanda de fiscalização e encontram problemas tanto na assistência, quanto problemas estruturais, pois fiscalizam hospitais com grau de insalubridade péssimo, não só para os profissionais de saúde, quanto pelos usuários, pois sabe o quanto esses ambientes adoecem as pessoas. Que participa das fiscalizações in loco, para observar de perto. Que observa a falta de empatia e de sensibilidade da gestão, com as pessoas que estão precisando de assistência. Que é lamentável o que vem acontecendo, que não deveríamos pensar em desconstruir. Que o atual Gestor poderia manter o NASF (Núcleo de Apoio à Saúde da Família), que o dinheiro continua o mesmo, o que precisa é o gestor organizar a atenção básica, da forma mais regular. Que fica muito triste, pensando o quanto que a população vai sofrer com essa falta de assistência, e é algo que o deixa impotente, enquanto profissional, enquanto conselho e enquanto usuário.

O Sr. Dr. Felipe Pandolfi Vieira, Auditor do Tribunal de Contas do Estado do Piauí enfatizou a necessidade de estudo da produtividade destes profissionais, informou que a DEFESPI, do Tribunal de Contas do Estado do Piauí, realizou um trabalho em 2019, em que foi analisado especificamente o mês de fevereiro de 2019, em



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ
29ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE TERESINA
ESPECIALIZADA NA DEFESA DA SAÚDE PÚBLICA

**Av. Lindolfo Monteiro, nº 911, Ed. Maria Luíza F. Fortes, 3º andar, Bairro de Fátima,
Teresina – PI. CEP: 64049-440 - CNPJ Nº 05.805.924/0001-89**

quantidade estatística de profissionais médicos, que na época foi feito estudo, com profissional médico, pelo impacto orçamentário e financeiro, que o profissional médico, impacta de forma financeira nos órgãos estaduais e municipais. Que ficou evidenciado, que muitos dos problemas acontecem pela forma como os médicos estavam concentrados/distribuídos na capital e não pela quantidade de profissionais, destacou a necessidade de descentralização para que sejam atendidos os municípios do interior e consequentemente desafogar Teresina. Que também, nesse estudo, verificou-se que o problema seria a forma precária de ingresso no serviço público. Que essa forma precária de ingresso no serviço público, ocasionava problemas, tais como: acúmulo de cargos, profissionais que acumulavam cargos em municípios muito distantes um do outro, que seria incompatível a carga horária e isso impactava na produção deste profissional, tanto o profissional da atenção básica como o profissional da alta complexidade. Que o profissional não conseguia produzir e nem cumprir, acumulando cargos e isso impactava financeiramente, impedia que a Fundação Municipal de Saúde, ou outro município ou o estado tivesse recurso para contratar outra pessoa, e a pessoa não produzia conforme a demanda de atendimento. Que passava também, um pouco, pela discrepância que existia na base remuneratória destes profissionais. Que o profissional acabava optando pela Capital, por conta da qualidade de vida, pela família, pela discrepância remuneratória, porque o profissional acaba tendo uma remuneração maior na Capital do que em demais municípios. Que há necessidade de se verificar,



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ
29ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE TERESINA
ESPECIALIZADA NA DEFESA DA SAÚDE PÚBLICA

**Av. Lindolfo Monteiro, 911, Ed. Maria Luíza F. Fortes, 3º andar, Bairro de Fátima,
Teresina – PI. CEP: 64049-440 - CNPJ Nº 05.805.924/0001-89**

o básico, que seria o cumprimento da carga horária, da produtividade dentro de uma carga horária, pois é dessa forma que o serviço público remunera os seus servidores. Que o estudo demonstrou que para o cumprimento da carga horária, o profissional se deslocava de um órgão para outro órgão, e isso impactava na produtividade. Que há uma necessidade de implantação do ponto eletrônico. Que foi verificado, o caso de médicos, mas ficou evidente em todas as categorias inclusive na área administrativa. Que acredita que todos os entes, tanto o estado, quanto o município de Teresina e os municípios do interior, devem realizar estudos e implantar mecanismos para isso ser controlado, para aí sim, aumentar a produtividade, aumentar a oferta, para tentar diminuir a demanda, que só aumentou com a pandemia. Exemplificou que, abrindo um mutirão de oftalmologia, resolve-se um problema pontual e que não vai sanar todos os problemas, que são crônicos e são rotineiros dentro do serviço público de saúde.

Dr. Eny explanou que mutirão também não é a melhor solução, que assistiu, há algum tempo atrás alguns mutirões que aconteceram, principalmente no interior do estado, mutirões para realização de alguns procedimentos, em que o CRM teve que intervir, pois as clínicas e hospitais não tinham capacidade técnica, condições mínimas para a realização daqueles mutirões. Que se for necessário um estudo para melhorar a produtividade, que seja, tendo em vista, que é inaceitável que existam mais de 80.000 (oitenta mil) consultas reprimidas, informadas pela própria regulação do município. Explicou que é inaceitável, que não exista, apresentação de soluções para este problema, que já estamos no mês de agosto e que a desculpa de mudança de gestão não é aceitável. Que grande parte da gestão são técnicos, são profissionais da casa e que já conhecem as dificuldades e os caminhos a percorrer para diminuir esses impactos negativos. Que quando fala em produtividade, seria pelo menos uma visão inicial se os profissionais que estão naquelas especialidades listadas estão efetivamente trabalhando, certo de que a administração, uma vez sabendo a inoperância do servidor, abre processo administrativo para apurar. Que essa produtividade seria o indicativo para se conhecer o outro lado da gestão. E que cada passo seria com o intuito de conhecer e de ter esperança de que a gestão do



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ
29ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE TERESINA
ESPECIALIZADA NA DEFESA DA SAÚDE PÚBLICA

**Av. Lindolfo Monteiro, nº 911, Ed. Maria Luíza F. Fortes, 3º andar, Bairro de Fátima,
Teresina – PI. CEP: 64049-440 - CNPJ Nº 05.805.924/0001-89**

município que é encarregada pela marcação de consultas e exames, seja diretamente pela rede ou pela rede credenciada contratada, nos apresente solução. Que se não tem a disposição para apresentar essa produtividade, pois que seja estabelecido prazo, para que a Fundação Municipal de saúde, apresente um modelo de como vai trabalhar essa questão nos próximos dias.

Dr. Rodrigo lembrou que no passado tiveram algumas ações do Ministério Público do Estado do Piauí sobre a precarização do serviço de fisioterapia no Hospital de Urgência de Teresina(HUT), que conseguiram reverter isso, graças a ação do MP, ação esta que obrigou a Prefeitura Municipal a convocar todos os fisioterapeutas que estavam na lista de concursados, que isso melhorou o atendimento, melhorou o protocolo, tanto é que o Hospital de Urgência de Teresina(HUT) é referência, pois 80%(oitenta por cento) dos pacientes que estão com atendimento fisioterapêutico lá saem melhor da sua mobilidade, melhor da sua funcionalidade. Explanou que quando a gestão diz que vai retirar os fisioterapeutas da atenção básica para colocar nos hospitais, por falta destes profissionais nos hospitais, é algo que já se vem lutando, dentro das audiências, mostrando que esses já existiam deficiência destes profissionais. Exemplificou que não tinha fisioterapeutas no Hospital Alberto Neto(Hospital do Dirceu), no hospital da Mariano Castelo Branco(Hospital da Santa Maria da Codipi), que precisou uma pandemia, para mostrar como esses profissionais são importantes, não só por conta do Covid, pois os pacientes precisavam destes profissionais antes mesmo da Covid, tendo em vista que existem problemas funcionais, existem problemas traumato ortopédicos, neurológicos, respiratórios, e esses pacientes não tinham assistência e acabavam obtendo uma pneumonia e sendo entubado. Explicou que os profissionais de fisioterapia precisam estar não só dentro dos hospitais, mas precisam ser mantidos na atenção básica, pois o paciente acamado tem mais possibilidade de desenvolver pneumonia, então quem irá fazer a mobilização precoce deste paciente. Que existe a demanda reprimida, existe o paciente que recebia o serviço e que hoje vai deixar de receber. Exemplificou que existe um profissional fisioterapeuta, Dr. Adeno Oliveira, que está lutando para se manter na assistência, que gasta dinheiro para se deslocar para periferia, vai a pé, pois sabe que o paciente está precisando, pois o paciente tem



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ
29ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE TERESINA
ESPECIALIZADA NA DEFESA DA SAÚDE PÚBLICA

**Av. Lindolfo Monteiro, 911, Ed. Maria Luíza F. Fortes, 3º andar, Bairro de Fátima,
Teresina – PI. CEP: 64049-440 - CNPJ Nº 05.805.924/0001-89**

dificuldade de locomoção, não tem como se deslocar para algum centro de reabilitação. Que se pergunta por que a Prefeitura não resolve o problema na base, melhorando sua estrutura da atenção básica, criando uma rede principalmente e também dando essa assistência nos hospitais, algo que agora, depois da pandemia, observamos o papel da equipe multiprofissional, que é o médico, o enfermeiro, o fisioterapeuta, o psicólogo, profissionais que salvaram vidas e que mesmo sem estrutura, buscaram manter o sistema de saúde funcionando. Que estava na linha de frente e viu de perto. Que o que vem acontecendo com essa troca de profissionais pela precarização é algo que se observa. Que tem colegas que tem três empregos e não consegue dar assistência em um, pois a carga horária não permite, então algum local vai ficar desassistido. Que tem certeza de que com a audiência, irão ser buscadas estratégias para resolver o problema, Que já vivenciou no passado essa situação. Que fica triste, pois o problema atinge quem mais precisa do serviço, que é a população carente.

Dr. Eny informou que não teve acesso a qualquer ofício ou alguma justificativa formal por parte da FMS, e perguntou se na audiência tinha alguém representando o Dr. Gilberto, presidente da Fundação Municipal de Saúde. Obtendo a resposta negativa, determinou que o incluísse na lista de ausentes, determinou também que o Presidente da FMS fosse convocado para o próximo encontro, na oportunidade também informou que iria haver pelo menos mais uma audiência para continuação do debate e alguns encaminhamentos sairão desta audiência.

Dr. Williams Cardec da Silva, Presidente da Comissão de Direito da Saúde da OAB/PI, destacou que é impressionante o nível de especialização da gestão, em fazer precarização do profissional de saúde, pois fazem teste seletivo substituindo um concurso, e burla-se o teste seletivo, fazendo colocação direta do profissional. Que já há mais de seis anos não existe concurso público para servidores efetivos, só fazem testes seletivos e agora estão colocando profissionais ao "bel prazer". Destacou também sua preocupação, quanto aos profissionais efetivos, que vão ter suas aposentadorias mais a frente prejudicadas, porque a medida que esses profissionais contratados atualmente com contratos precários não contribuem para o



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ
29ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE TERESINA
ESPECIALIZADA NA DEFESA DA SAÚDE PÚBLICA

**Av. Lindolfo Monteiro, nº 911, Ed. Maria Luíza F. Fortes, 3º andar, Bairro de Fátima,
Teresina – PI. CEP: 64049-440 - CNPJ Nº 05.805.924/0001-89**

Instituto de Previdência do Município de Teresina - IPMT, então, consequentemente, o profissional que é efetivo, quando se aposentar irá ter "um rombo", que isso foi citado em outra audiência pelo presidente do sindicato dos enfermeiros, esse problema vem acontecendo ano após ano, e tem-se que observar que se a previdência dos profissionais efetivos, irá ser efetiva para pagá-los.

Dr. Eny incluiu como encaminhamento, a comunicação de tudo que foi discutido nesta audiência, quanto a precarização do trabalho, na rede pública municipal de saúde ao Núcleo das Promotorias de Defesa do Patrimônio e da Improbidade, coordenado pelo Promotor Fernando Santos, sendo convidado para integrar esse debate.

Sra. Mariza Costa da Silva, Presidente da Associação dos Pacientes Renais Crônicos do Estado do Piauí- APREP, relatou que ao ouvir todas as falas na audiência ficou com sentimento de tristeza com a situação que está acontecendo, e que como usuária do SUS, como transplantada renal, fica muito insatisfeita, e se já era precário, já era ruim o serviço, com a pandemia só se agravou. Que não justifica usar a pandemia como problema, pois a deficiência sempre existiu. Que pacientes renais, tanto os transplantados como os que fazem hemodiálise, para que possam fazer uma ultrassonografia abdominal, estão a espera desde janeiro/2021, pois vai para regulação e nunca sai o resultado. Que a autorização para os exames, para que os pacientes possam entrar em fila de transplante, também é outra dificuldade. Que se pergunta, como o paciente vai entrar em fila de transplantes se não consegue realizar os exames. Que tem pacientes com problema no cateter, que precisam se internar no Hospital Getúlio Vargas, para serem transferidos para outro hospital, por exemplo o Hospital Universitário, para fazer o procedimento, pois é o único acesso que tem para fazer hemodiálise e não está sendo feito, pois o Hospital Getúlio Vargas não está tendo esse material, então os pacientes estão indo para o Hospital Universitário. Que tem paciente que está correndo risco de vida, porque estão com os acessos todos perdidos e não são feitos o permcath e o cateter. Na oportunidade solicitou que fosse feita uma audiência com a presença do Presidente da Fundação Municipal de Saúde, para que o mesmo responda sobre os questionamentos do que está acontecendo.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ
29ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE TERESINA
ESPECIALIZADA NA DEFESA DA SAÚDE PÚBLICA

**Av. Lindolfo Monteiro, 911, Ed. Maria Luíza F. Fortes, 3º andar, Bairro de Fátima,
Teresina – PI. CEP: 64049-440 - CNPJ Nº 05.805.924/0001-89**

Dr. Eny respondeu que o presidente da Fundação Municipal foi convidado para esta audiência e que até o momento não tinha recebido nenhum documento com justificativa para ausência dele, ou de um representante. Informou que haverá outras audiências, em que Dr. Gilberto terá oportunidade de participar. Que não pode entrar com ação de maneira imediata, pois tem que dar oportunidade de resposta. Que deixa claro que a ausência do presidente da FMS ou de um representante é significativa.

Sr. Adeno Oliveira, fisioterapeuta, declarou que trabalha na atenção básica de saúde do município, que tem cerca de 100(cem) pacientes em acompanhamento e destes cem pacientes, cerca de dez pacientes são acamados e coloca ser necessário ter uma melhor visão da atenção básica de saúde. Que é a falta da atenção básica de saúde que vai causar a fila de espera nos serviços especializados, que vai provocar procedimentos de alta complexidade, que aumentará os custos com a saúde. Que dos pacientes que lhes são enviados atualmente, cerca de 90%(noventa por cento), permanecem na atenção básica, são pacientes com dor e doença crônica, que lhes são encaminhados por médicos, enfermeiros, de uma região do Bairro Angelim e entorno do bairro. Que dos pacientes que são acamados, a maioria permanece na atenção básica, sobre seu acompanhamento. Que é certo que pacientes com doenças crônicas vão apresentar complicações se não realizarem protocolos e procedimentos preventivos, tais como exercícios físicos regulares, planos alimentares, atividades de saúde mental. Que os profissionais da área da saúde que poderiam complementar as atividades médicas e os procedimentos de enfermagem, eles têm grande potencial para reduzir essas complicações, principalmente dos pacientes que apresentam doenças crônicas, tais como doença renal, pacientes com AVC, paciente que sofreram infarto ou com insuficiência cardíaca, pacientes que precisam de acompanhamento de profissionais da atenção especializada. Que é necessário o investimento na atenção básica, ampliando a abordagem multiprofissional, com fisioterapeutas, com psicólogos, com nutricionistas, com assistentes sociais. Exemplificou que existia em Teresina o Núcleo de Atenção à Saúde da Família - NASF, tinham 03 núcleos de assistência multiprofissional na



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ
29ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE TERESINA
ESPECIALIZADA NA DEFESA DA SAÚDE PÚBLICA

**Av. Lindolfo Monteiro, nº 911, Ed. Maria Luíza F. Fortes, 3º andar, Bairro de Fátima,
Teresina – PI. CEP: 64049-440 - CNPJ Nº 05.805.924/0001-89**

atenção, e ao invés de haver a ampliação desse serviço, principalmente pelas sequelas pós-covid, esse serviço foi migrado para sistema mais centralizados, onde os pacientes ficam em fila de espera para serem atendidos em hospitais, como Hospital Lineu Araújo, no município e CEIR, pelo estado. Que estes serviços poderiam ser descentralizados para as UBS's onde existem as academias de saúde, com fisioterapeutas e profissionais de educação física com custo baixo. Que poderia haver em cada zona da cidade polos de saúde, academias de saúde, onde poderiam ser realizadas atividades educativas, preventivas e terapêuticas. Que existem 08 academias de saúde em Teresina, e também equipamentos de saúde distribuídos nos bairros da cidade. Explicou no serviço de fisioterapia do Bairro Angelim existe um protocolo, onde os médicos, enfermeiros e odontólogos encaminham os pacientes para ele(fisioterapeuta); existe uma triagem, que os pacientes recebem uma prescrição terapêutica, há o acompanhamento do paciente na tenção básica, quando o paciente consegue evoluir ele vai para academia de saúde, com a ajuda de profissional de educação física. Que precisa haver uma organização de forma estruturada na atenção básica, reciclar os profissionais para uma visão preventiva, usar a atividade física com a finalidade de evitar com que os pacientes evoluam para complicações e tenham que entrar em fila de exames, consultas e para realização de atendimento de alta complexidade. Que fez um projeto de assistência fisioterapêutica na tenção básica, que o apresentou para a Fundação Municipal de Saúde, que conseguiu o "apadrinhamento" deste projeto por parte da Vereadora Poliana, e a mesma destinou uma emenda parlamentar, no valor de R\$ 200.000,00(duzentos mil reais) colocando um serviço ampliado de atenção básica em cada zona de Teresina, sendo R\$ 50.000,00 (cinquenta mil) em cada UBS, projeto este estruturado da mesma forma que está estruturado lá no Angelim, de forma simples, com material de baixo custo, com diagnostico funcional, teste funcionais e prescrição terapêutica. Que houve uma reunião com presidente da Fundação Municipal de Saúde, que está analisando esse projeto, com essa emenda parlamentar para o ano de 2022. Que a primeira emenda, a Vereadora Poliana destinou para reforma de todas as academias de saúde e para o ano de 2022 seria implantado esse serviço de fisioterapia, e nas JBS'S que tenham academia de saúde seriam escolhidas 04(quatro) em Teresina.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ
29ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE TERESINA
ESPECIALIZADA NA DEFESA DA SAÚDE PÚBLICA

**Av. Lindolfo Monteiro, 911, Ed. Maria Luíza F. Fortes, 3º andar, Bairro de Fátima,
Teresina – PI. CEP: 64049-440 - CNPJ Nº 05.805.924/0001-89**

Que gostaria de deixar esse registro e agradecer a atenção.

Dra. Laurimeiry Caminha Veloso, Diretora de Atenção Básica-FMS, declarou que em relação ao que foi retado do NASF (Núcleo de Apoio à Saúde da Família), realmente ao assumir a atenção básica em janeiro/2021, o NASF já havia sido desligado e não estava mais sendo considerado. Que realmente existem 08(oito) polos de academias em Teresina. Que os profissionais de fisioterapia que saíram da atenção básica e foram para atenção hospitalar foi por solicitação/pedido da presidência da Fundação Municipal de Saúde, uma vez que os NAFS não estariam mais funcionando. Que como ainda estavam, dentro dos hospitais a necessidade aumentada de profissionais fisioterapeutas, foi solicitado que eles dessem esse apoio no acompanhamento dos pacientes intra-hospitalar, foi assim que foi determinado, uma vez que essas equipes não estavam fazendo esse acompanhamento no momento de pandemia nos domicílios dos pacientes, pois já havia sido descontinuado o trabalho do NASF. Que essa foi a orientação que recebeu ao chegar na Fundação Municipal de Saúde.

Dr. Eny. perguntou à Sra. Laurymary Caminha se existe alguma perspectiva de retorno dos profissionais da fisioterapia a atenção básica, tendo em vista que grande parte das alas COVID estão sendo desativadas.

Dra. Laurimeiry Caminha respondeu que no momento, como NASF não existe mais, não existe política de financiamento para esses profissionais dentro da atenção básica. Que observou o projeto que foi apresentado pelo fisioterapeuta Adeno Oliveira; que o projeto está em análise pela presidência da FMS; que de acordo com as deliberações determinadas pela presidência da FMS é que vai se saber se vai ser continuar, ou se vai haver um novo formado no atendimento de fisioterapia dentro da atenção básica.

Dr. Eny questionou se esses profissionais de fisoterapias não podem ser integrados às academias existentes. Dra. Laurimeiry Caminha respondeu que as academias municipais só contemplam educadores físicos. Pois na própria portaria das academias é enfatizado a presença do profissional Educador Físico, sendo assim não tem abertura para outro profissional. Que estão aguardando avaliação do



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ
29ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE TERESINA
ESPECIALIZADA NA DEFESA DA SAÚDE PÚBLICA

**Av. Lindolfo Monteiro, nº 911, Ed. Maria Luíza F. Fortes, 3º andar, Bairro de Fátima,
Teresina – PI. CEP: 64049-440 - CNPJ Nº 05.805.924/0001-89**

projeto.

Dr. Eny questionou se os profissionais de fisioterapia, foram deslocados para o Lineu Araújo, ou para os hospitais Covid. Dra. Laurimeiry Caminha respondeu que os profissionais de fisioterapia, foram deslocados para hospitais de diversas categorias, de acordo com a necessidade de cada hospital.

Dr. Rodrigo Amorim Oliveira Nunes, Presidente do Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da 14ª Região, informou que na verdade o que foi extinto foi a nota técnica sobre a questão do NASF, mas que o financiamento continua sendo transferido para a Fundação Municipal de Saúde. Explanou sua opinião dizendo que a gestão extinguiu o NASF, pois não vê como prioridade os serviços de fisioterapia, de fonoaudióloga ou o da psicologia na atenção básica. Disse que o sistema já era precário e mínimo e agora foi extinto total. Que foi em vários municípios do estado do Piauí e verificou que o município de Teresina foi o primeiro a retirar o profissional fisioterapeuta da atenção básica. Que verificou que outros municípios mantiveram a atenção básica, tendo em vista que o recurso está sendo efetivado aos cofres municipais. Que existe o recurso, mas atenção básica não é prioridade da gestão municipal. Que os profissionais podem ser inseridos nos polos de saúde, para continuar dando atenção aos pacientes acamados, aos pacientes que não podem se deslocar ao Hospital Lineu Araújo. Solicitou que a Fundação Municipal repense sobre o problema.

Dra. Laurimeiry Caminha respondeu que é um processo a ser visto junto a presidência e que a demanda de serviço que foi estruturada. Que acha importante o trabalho do fisioterapeuta na assistência, mas é uma questão que deve ser definida pela gestão.

Dr. Eny informou que o Dr. Gilberto deve ser provocado, tendo em vista sua ausência na audiência. Que o mesmo seja oficiado para que responda em até 10 dias, com justificativa sobre a retirada dos profissionais e também para que justifique sobre os recebimentos dos recursos, sem a oferta do serviço.

Dr. Adeno Oliveira, fisioterapeuta reforçou que a portaria do Ministério da Saúde que regulamento o polo de academia da saúde já prevê a presença dos fisioterapeutas em academias de saúde.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ
29ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE TERESINA
ESPECIALIZADA NA DEFESA DA SAÚDE PÚBLICA

**Av. Lindolfo Monteiro, 911, Ed. Maria Luíza F. Fortes, 3º andar, Bairro de Fátima,
Teresina – PI. CEP: 64049-440 - CNPJ Nº 05.805.924/0001-89**

Ao fim, o Dr. Eny Pontes fez os encaminhamentos e solicitou que os mesmos tivessem o prazo de 15 dias para serem encaminhados à Procuradoria de Justiça, que aos representantes do TCE, presentes da reunião que, se quiserem, podem solicitar a documentação relacionada como encaminhamentos, à Promotoria de Justiça, que será devidamente enviada.

5. Encaminhamentos

5.1	Coordenação do Núcleo da Promotorias de Justiça de Defesa do Patrimônio e da Improbidade Administrativa seja convidada a integrar o rol de discussões;
------------	--



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ
29ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE TERESINA
ESPECIALIZADA NA DEFESA DA SAÚDE PÚBLICA

**Av. Lindolfo Monteiro, nº 911, Ed. Maria Luíza F. Fortes, 3º andar, Bairro de Fátima,
Teresina – PI. CEP: 64049-440 - CNPJ Nº 05.805.924/0001-89**

5.2	A FMS apresente esclarecimentos quanto a precarização do serviço de fisioterapia, pela contratação direta de profissionais, sem concurso público, de acordo com denúncia feita na audiência, no prazo de 10 dias;
5.3	A direção da regulação do município apresente o modelo ou minuta de projeto sobre solução imediata para enfrentar a demanda reprimida em relação à consulta e exames, no prazo de 10 dias;
5.4	A direção da regulação do município e da regulação do estado, apresentem informações sobre o estudo que está sendo realizado quanto a anunciada unificação dos sistemas, no prazo de 10 dias;
5.5	A FMS encaminhe ao MPPI a relação de todos os pacientes que eram assistidos, especialmente os acamados, por profissionais de fisioterapia na atenção básica, no prazo de 10 dias;
5.6	A direção da regulação municipal apresente a produtividade dos profissionais de medicina, mês a mês, a partir do mês em curso. E que também a apresente e produtividade de janeiro a julho de 2021, em um prazo de 10 dias, para a Promotoria de Justiça;
5.7	Providências para a realização de nova audiência para o dia 23 de setembro de 2021, às 10:00 horas.

E para constar, de ordem do Promotor de Justiça da 29ª PJ, eu, Sabrina Marta Silva Araújo, técnica ministerial, encerrei a presente ata.

ENY MARCOS VIEIRA PONTES
Promotor de Justiça – 29ª PJ

